



Estado de Minas Gerais - Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg
Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Céres Pimenta Spinola Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Robson Sávio Reis Souza

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20.765/2013

FICHA DE TESTEMUNHO

Subcomissões:

Subcomissão I () Subcomissão II () Subcomissão III grupo A () Subcomissão III grupo B ()
Subcomissão IV grupo A () Subcomissão IV grupo B () Subcomissão IV grupo C () Subcomissão V ()
Subcomissão VI grupo A () Subcomissão VI grupo B () Subcomissão VI grupo C () Subcomissão VI grupo D

Número do caso: _____

DADOS DO DEPOIMENTO/TESTEMUNHO:

1. Data: 17 / 04 / 17
2. Hora de Início: 14:00
3. Hora de encerramento: 15:45
4. Local: COVEMG
5. Nome/função dos entrevistadores:
Janaina Campos de Fátima Brughmans / Bolsista pós-graduação - COVEMG
Mariane dos Reis Cruz / Bolsista pós-graduação - COVEMG

DADOS DO DEPOENTE:

1. Nome completo: LEO JÓRIO VASCONCELOS
2. Data de nascimento: 27 / 06 / 77
3. Naturalidade (cidade/estado): BH/MG
4. Nacionalidade: BRASILEIRO
5. Sexo: () Feminino Masculino
6. Documentos de Identificação:
RG: MG 7438316
CPF: 013 572 266 75
Outro: _____
7. Endereço atual completo:
RUA DO OURO, 1200/1109, BAIRRO SERRA, CEP 30220-000
8. Telefones:
Residência: (31) 36583770
Celular: (31) 996880090
Trabalho: (31) 2123 9066
9. Endereço eletrônico: LEOJORIO@YAHOO.COM.BR



Estado de Minas Gerais - Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg
Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Cêres Pimenta Spínola Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Robson Sávio Reis Souza

10. O declarante é:

Vítima

Familiar de vítima

Testemunha

Outro FILHO DE VÍTIMA, NASCIDO APÓS



Estado de Minas Gerais - Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg
Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Céres Pimenta Spínola Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Robson Sávio Reis Souza

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20.765/2013

DECLARAÇÃO SOBRE O RELATO

Eu, LEO JÓRIO VASCONCELOS, qualificado na Ficha de Testemunho, concordo integralmente com as disposições contidas no documento da Covemg denominado DEVERES E DIREITOS DOS DEPOENTES, nada tendo a opor.

DECLARO que são fidedignas as informações prestadas em meu relato nesta data sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período indicado na Lei nº 20.765/2013, assinando abaixo a presente.

AUTORIZO a utilização do meu relato para todas as finalidades relativas ao cumprimento do mandato da Covemg, em especial para fins de incorporação ao Relatório Final.

E ainda,

- autorizo a gravação do meu depoimento
- autorizo a utilização pela Covemg de imagens colhidas no depoimento
- autorizo a utilização pela FUMEC de imagens, para fins acordados com a Covemg
- requeiro que meu nome seja mantido em sigilo.

BELO HORIZONTE

(local)

1

(dia)

17

de

ABRIL

(mês)

de

2017

(ano)

Assinatura: _____

Nome legível: LEO JÓRIO VASCONCELOS



Estado de Minas Gerais - Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg
Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Cêres Pimenta Spínola Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Robson Sávio Reis Souza

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20765/2013

DIREITOS E DEVERES DOS DEPOENTES

DEVERES

Identificação:

1. Identificar-se devidamente, de acordo com os dados solicitados na FICHA DE TESTEMUNHO , seguindo as orientações propostas para o preenchimento.
2. Assinar a Declaração sobre o Relato e marcar as opções nela oferecidas. Se a pessoa não souber assinar, deverá colocar a digital do polegar ou solicitar que alguém assine por ela, destacando este fato.

Quem pode depor:

3. Qualquer pessoa capaz — física ou representante de pessoa jurídica — pode ser depoente.
4. O depoente pode comparecer espontaneamente ou por convite, para relatar os fatos de que têm conhecimento.
5. No caso de funcionários públicos, poderá, se solicitado pelo interessado, haver prévia comunicação a seus superiores.
6. Os depoentes prestarão, oralmente ou por escrito, depoimento sobre fatos passados e relevantes de que tenham ciência, relacionados às graves violações de direitos humanos cometidas, sofridas ou presenciadas, ou que de alguma forma tenham informações, previstas na lei que instituiu a Covemg e de interesse de suas subcomissões.
7. Os depoentes explicarão como se desenrolaram os fatos e suas circunstâncias, com a maior precisão e exatidão possíveis, identificando sua autoria quando possível.
8. Incumbe aos depoentes dizer a verdade, toda verdade e somente a verdade sobre os fatos.
9. No caso de depoimentos orais é facultada a consulta a notas e apontamentos.
10. Os depoentes poderão ser ouvidos mais de uma vez pela Covemg, caso seja considerado necessário, na hipótese, por exemplo, de surgirem fatos novos, acesso dos depoentes a novas informações, ou surgirem versões discrepantes sobre o mesmo fato.

Normas de Segurança:

11. Os depoentes observarão as normas de segurança indicadas pela Covemg para as sessões de depoimentos.

Responsabilidade:

12. Os depoentes colaborarão com a Covemg e farão seus relatos dos fatos com boa fé e lealdade, assumindo a responsabilidade integral por sua veracidade, para todos os efeitos legais.

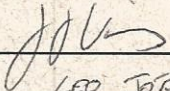
DIREITOS

13. Os depoentes serão tratados com o devido respeito, sendo preservada a sua dignidade.
14. Os depoimentos são considerados de interesse público, não podendo seus autores sofrerem qualquer desconto em sua remuneração no trabalho.
15. Poderá ser solicitado pelos depoentes o pagamento da despesa efetuada para comparecimento à sessão da Covemg ou o transporte necessário, desde que devidamente justificado, ficando a critério da Comissão sua apreciação.
16. Os depoentes poderão contar com apoio psicológico, desde que previamente solicitado, de acordo com as normas editadas a respeito pela Covemg.
17. Os depoimentos prestados oralmente serão gravados. Só haverá filmagem mediante expressa e prévia autorização do depoente.
18. A utilização do conteúdo do depoimento será exclusivamente para as finalidades do mandato da Covemg, previstas na Lei e incorporação ao Relatório Final, em qualquer das formas que este assuma, se assim for considerado pela Comissão.
19. O depoente, caso solicite, terá direito a uma cópia de seu relato.

Ciente:

Assinatura:

Nome legível:


LEO JÓRIO VASCONCELOS